

VESTÍGIOS DE UMA MODERNIDADE EM AÇO: A SEDE DO TCU/AL E A DEGRADAÇÃO DA ARQUITETURA PREFABRICADA DE LELÉ NO BRASIL

REMNANTS OF A STEEL MODERNITY: THE TCU/AL HEADQUARTERS AND THE DEGRADATION OF LELÉ'S PREFAB ARCHITECTURE IN BRAZIL

Adalberto Vilela

Sylvia Ficher

PRÉ-FABRICAÇÃO
ARQUITETURA EM AÇO
PATRIMÔNIO MODERNO
LELÉ
BRASIL

O desaparecimento recente da sede do Tribunal de Contas da União no Estado de Alagoas, projetada por João Filgueiras Lima, Lelé (1932-2014), não foi um incidente isolado. Fruto dos esforços que fizeram do Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS) um tributo à pré-fabricação total da arquitetura em resposta a imperativos sociais, o edifício em Maceió – assim como muitos de seus pares em argamassa armada espalhados pelo Brasil –, foi demolido após anos de abandono. Com base em documentação inédita e uma amostragem representativa da produção de Lelé no tempo, no espaço e no uso da tecnologia, o artigo expõe o paradoxo do reconhecimento de um capítulo da modernidade arquitetônica brasileira enquanto negligencia sistematicamente seu legado material.

PREFABRICATION
STEEL ARCHITECTURE
MODERN HERITAGE
LELÉ
BRAZIL

The recent disappearance of the former headquarters of the Federal Court of Accounts in the State of Alagoas, designed by João Filgueiras Lima, Lelé (1932–2014), was not an isolated incident. As a result of the efforts that made the Technology Center of the Sarah Network (CTRS) a tribute to full architectural prefabrication in response to social imperatives, the building in Maceió — like many of its counterparts made of reinforced mortar across Brazil — was demolished after years of neglect. Drawing on previously unpublished archival material and a representative sample of Lelé's work across time, geography, and technological application, the article exposes the paradox of acknowledging a chapter of Brazilian architectural modernity while systematically neglecting its material legacy.

ISSN 1518–5494

ISSN-E 2447–2484

1. Disponível em <<https://docomomo-us.org/news/landmark-modern-building-could-be-auctioned-off-by-brazilian-government>>. Acesso: 12 abr. 2025.

2. Dentre os signatários do manifesto "Patrimônio Sitiado no Brasil" (posteriormente rebatizado "Save the Ministry") estão organizações culturais, institutos de pesquisa, entidades de classe, historiadores e críticos de arte. A petição pode ser lida e assinada na página <<https://www.docomomo.pt/heritage/savepalacio-capanema>>. Acesso: 13 abr. 2025.

INTRODUÇÃO

Em agosto de 2021 circulavam notícias sobre a iminente privatização do Palácio Gustavo Capanema no Rio de Janeiro, antiga sede do Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP).¹ Projetado em 1936 por Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Reidy, Jorge Moreira, Carlos Leão e Ernani Vasconcellos – a partir de risco original de Le Corbusier –, o edifício foi imediatamente alvo de manifestações de defesa. Arquitetos, acadêmicos e organizações culturais alertaram para os riscos que ameaçavam esse marco internacionalmente reconhecido do movimento moderno.²



Imagem 1. Vista da fachada sul do Palácio Gustavo Capanema, 2014. Autor: Henrique Liberal. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Gustavo_Capanema_Palace



Imagem 2. Tribunal de Contas da União no Estado de Alagoas, 2017. Autor: Eurípedes Neto. Fonte: <https://euripedesneto.myportfolio.com/maceio>

3. Imóvel da União abandonado há anos em Maceió vai ser restaurado, diz SPU. Disponível em <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/imovel-da-uniao-abandonado-ha-anos-em-maceio-vai-ser-restaurado-diz-spu.ghtml>. Acesso: 15 abr. 2025.

4. O Palácio Gustavo Capanema, no centro do Rio de Janeiro, será reaberto ao público no dia 20 de maio de 2025, após mais de uma década fechado, e com custo de restauração e modernização de R\$ 84,3 milhões. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/minc-e-iphan-apresentam-restauracao-do-palacio-gustavo-capanema-icone-da-arquitetura-modernista-brasileira>. Acesso: 10 mai. 2025.

Em contrapartida, no mesmo mês, a mil e duzentos quilômetros do Rio, a sede do Tribunal de Contas da União em Alagoas (TCU/AL), projetada em 1997 por João "Lelé" Filgueiras Lima (1932-2014), foi demolida após anos de abandono. Uma longa trajetória de superação de desafios técnicos relacionados ao projeto e produção de estruturas pré-fabricadas em aço para edifícios públicos chegava, assim, a um triste fim.

Em dezembro de 2014, o Tribunal transferiu-se para sua nova sede, um edifício convencional do ponto de vista construtivo, na Avenida Dom Antônio Brandão, cuja organização espacial paradoxalmente ecoa soluções do projeto original de Lelé na área do Trapiche da Barra. Este movimento gerou expectativas: em 2017, a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) em Alagoas anunciou oficialmente a restauração integral do antigo edifício para posterior cessão à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).³ Contudo, seu destino se revelou emblemático. Nenhuma das promessas foi cumprida, perpetuando o ciclo de descaso com o patrimônio moderno.

Enquanto o Palácio Gustavo Capanema se beneficia de um contínuo (e dispendioso) processo de restauração⁴ desde 2012, a sede do TCU em Alagoas enfrentou progressiva degradação física e institucional, vitimada pela ação da maresia local e pelas falhas de manutenção que levaram o edifício ao estado de ruína. Embora a comparação entre estas duas obras possa parecer dissonante à primeira vista, ela revela os mecanismos de uma política patrimonial seletiva que opera através de critérios hierarquizantes: valorizam-se manifestações alinhadas a padrões estéticos consagrados pela tradição historiográfica, enquanto são marginalizadas produções que se distanciam dos modelos hegemônicos.

Neste complexo sistema de valoração patrimonial, persistem políticas de invisibilização que determinam quais testemunhos materiais merecem permanência e quais podem ser relegados ao esquecimento. O edifício sede do TCU/AL – concebido no Centro de Tecnologia da Rede Sarah em Salvador e montado em Maceió através de métodos industriais – tornou-se emblemático dessa categoria de "patrimônio indesejado".

Sua demolição, autorizada em 2021, não foi um incidente isolado. A análise in loco expõe não apenas os danos acumulados, mas um padrão sistêmico de abandono que atinge especialmente a produção industrializada de Lelé, justamente aquela responsável por mudanças significativas na paisagem urbana de muitas cidades brasileiras,



Imagem 3. Ruína do Tribunal de Contas da União no Estado de Alagoas, 2019. Fonte: Google Street View

através de sistemas inovadores de saneamento, infraestrutura urbana e equipamentos de saúde e educação.

A dissonância entre o reconhecimento crítico da obra de Lelé e seu acelerado processo de degradação material revela uma contradição nas políticas de preservação do patrimônio moderno. Embora Lelé tenha alcançado reconhecimento tardio como pioneiro da industrialização da construção no país, seu legado material enfrenta hoje um duplo processo de erosão: física, pela degradação acelerada de edifícios públicos; e institucional, pela ausência de políticas específicas para a preservação da arquitetura pré-fabricada. Se os hospitais da Rede Sarah e algumas residências particulares resistem como exceções, a maior parte de sua produção, incluindo documentos técnicos e protótipos experimentais, permanece vulnerável.

Este artigo se insere nesse contexto crítico, adotando uma dupla perspectiva: a de análise dos processos de perda material com foco na necessidade de novos paradigmas de conservação para a arquitetura industrializada e a de alerta epistemológico sobre os riscos de políticas patrimoniais seletivas e da amnésia arquitetônica no que concerne às modernidades ditas periféricas.

A QUESTÃO DO PATRIMÔNIO INDUSTRIAL RECENTE

A análise da arquitetura de Lelé a partir do viés da degradação de algumas de suas obras revela causas estruturais que transcendem a mera falta de manutenção predial, problema recorrente na gestão do patrimônio público brasileiro. Há um componente cultural que precisa ser observado: a subvalorização da arquitetura industrializada recente, cujos atributos – como natureza modular, produção seriada de componentes e montagem remota – tornam-se frequentemente agentes de sua deterioração.

Não se trata aqui de atribuir valor homogêneo a toda a produção do arquiteto, mas de reconhecer que mesmo obras de relevância incontestável desapareceram sem qualquer tentativa de proteção. O debate proposto ultrapassa a esfera técnica, questionando nossa relação cultural com a arquitetura industrializada – muitas vezes percebida como "menor" devido à aparente simplicidade de suas formas e materiais, que parecem desafiar noções convencionais de permanência e solidez associadas ao patrimônio digno de preservação.

A própria noção de Lelé de arquitetura enquanto processo, que privilegia a matriz produtiva de seus projetos em detrimento do objeto acabado, pode ter contribuído involuntariamente para esta vulnerabilidade. Seu modelo de conservação através da substituição periódica de componentes mostrou-se incompatível com nossa cultura de negligência com os bens públicos. O desafio atual reside em superar uma visão meramente economicista da manutenção predial, articulando-a com valores de identidade, impacto sociocultural e reconhecimento de um modelo de construção pronto para atender as demandas de um país com tantas urgências.

Longe de ser uma derivação da obra de Oscar Niemeyer ou Lucio Costa⁵, a arquitetura de Lelé representa uma trajetória autônoma e radical – fruto de décadas de pesquisa sobre industrialização construtiva, marcada tanto por soluções pioneiras que redefiniram o potencial social da arquitetura moderna brasileira, quanto por experimentações fracassadas.

O contraste no reconhecimento patrimonial torna-se particularmente evidente quando se compara o rápido tombamento do edifício do MESP (1948), apenas três anos após

5. Depoimento do arquiteto a Roberto Pinho e Marcelo Ferraz in: LATORACA, Giancarlo (org.). João Filgueiras Lima, Lelé. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi; Lisboa: Editorial Blau, 1999, p. 28.



Imagem 4. Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS), 2017. Autora: Akemi Tahara. Fonte: Arquivo José Fernando Minho

sua conclusão, com a negligência crônica enfrentada pela arquitetura industrializada de Lelé. Apesar de um aceno da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Distrito Federal (IPHAN/DF) no sentido de garantir proteção por meio do tombamento de algumas de suas obras, a iniciativa não logrou êxito (VILELA, 2018, p. 247). Esta disparidade revela não apenas uma hierarquia de valores, mas a consolidação de uma determinada visão estética e conceitual de patrimônio que privilegia determinadas expressões formais em detrimento de inovações tecno-sociais.

A questão defendida aqui esbarra no alargamento necessário ao entendimento deste tipo de arquitetura como bem cultural para além dos marcos iniciais da arquitetura industrial – aqueles que Kühl (2006) caracteriza como "testemunhos de transposição estilística", fruto do processo de importação e adaptação de formas e técnicas europeias para o Brasil – incorporando obras que representam a criação de sistemas construtivos originais.

Nessa perspectiva, a preservação do patrimônio industrial recente – como o Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS) – revela-se tão crucial quanto a salvaguarda de ícones históricos da arquitetura industrializada, a exemplo da Estação da Luz (1865), em São Paulo, ou do Teatro José de Alencar (1910), em Fortaleza. O CTRS, núcleo produtivo responsável não apenas pelos hospitais da Rede Sarah, mas por toda uma geração de tribunais projetados por Lelé, encontra-se hoje reduzido à condição de "cemitério tecnológico" (PINHO, 2010). Seu processo de desindustrialização, iniciado com a paralisação das atividades em 2009 (MOSANER, 2021), transformou radicalmente sua natureza: de polo gerador de componentes construtivos e know-how tecnológico para a Associação das Pioneiras Sociais (APS), converteu-se em espaço obsoleto, esvaziado de sua vocação original como laboratório de inovação em construção industrializada.

Situação que ecoa exemplos estrangeiros traumáticos, como a controversa demolição em 1965 da Maison du Peuple de Victor Horta (1896-99) – obra-prima do Art Nouveau belga (COHEN, 2013) – que ocorreu apesar de veemente oposição de figuras como Alvar Aalto, Mies van der Rohe, I. M. Pei, Walter Gropius, Gio Ponti e Jean Prou-



Imagem 5. Teatro e Sala de Conferências, Maison du Peuple, Bruxelas, 1896. Autor: C. G. Röder. Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/Maison_du_Peuple,_Brussels

vé (AUBRY; HARSHAV, 2002). Mesmo o reconhecimento unânime da crítica especializada pode sucumbir a decisões políticas imediatistas.

No entanto, a vulnerabilidade da arquitetura industrializada não se restringe ao contexto europeu. No Brasil, esse fenômeno manifestou-se de forma emblemática na demolição do Palácio Monroe (1904-1976) – primeira obra arquitetônica nacional premiada internacionalmente e importante exemplar da arquitetura eclética carioca. Projetado pelo engenheiro Francisco Marcelino de Souza Aguiar, o edifício sintetizava as transformações técnicas do século XIX, incorporando novas tecnologias construtivas (ferro, aço) e refletindo a crescente complexidade dos projetos de engenharia. Como sede do Senado Federal entre 1925 e 1960, o Monroe possuía complexo valor: histórico, estético e tecnológico. Contudo, sucumbiu não apenas às campanhas difamatórias da imprensa local – que o taxavam de "monstrengo arquitetônico da Cinelândia" (BERNARDO, 2024) –, mas também a avaliações contraditórias do SPHAN e a opiniões ambíguas de Lucio Costa, que alternava entre descrevê-lo como construção "sem menor significação" e reconhecer sua "segura e requintada erudição" (MACEDO, 2012).

Esta postura reflete uma leitura reducionista que interpreta o "ecletismo como mera reprodução mecânica do passado, e não como continuidade ao desenvolvimento de um estilo do passado" (FICHER, 2018). Como observa Cavalcanti (apud BORTOLOTTI, 2015), os modernistas posicionaram-se como "árbitros do que era bom ou ruim na arquitetura", classificando a produção eclética como "hiato na linha evolutiva das construções no país" – julgamento que, paradoxalmente, não impediu que o próprio movimento moderno se apropriasse seletivamente de referências históricas.

O entendimento do ecletismo como imposição do gosto do colonizador revela a contradição de tal crítica quando confrontada com os métodos do modernismo brasileiro. Assim, projetos canônicos como o Yatch Club da Pampulha (Niemeyer, 1943-50) e a Casa de Vilanova Artigas (1949) devem claras referências à Casa Errazuris (Le Cor-



Imagem 6. Palácio Monroe, então sede do Senado Federal, Rio de Janeiro, 1937. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional

busier, 1930), evidenciando que os princípios de apropriação e reinterpretação permaneceram, ainda que sob nova roupagem estética (FICHER, 2018).

Na origem dessa mentalidade de cruzada contra a arquitetura eclética está o Palácio Capanema, cuja concepção marca o início do período de maior prestígio da arquitetura nacional, embora traga consigo atributos considerados pela opinião estrangeira como excludentes. Como observou Argan (1954), essa arquitetura foi acusada de formalismo excessivo e distanciamento dos problemas sociais – críticas reforçadas por teóricos como Max Bill, Bruno Zevi e Nikolaus Pevsner (SEGAWA, 1998; LOPES, 2005).

Não se pode negar que o Brasil recebia também exaltadas manifestações estrangeiras de apreço e reconhecimento pela arquitetura que aqui se produzia. O próprio Walter Gropius, em sua avaliação inicial da Casa das Canoas (1953) de Niemeyer, manifestou reservas quanto à sua replicabilidade, embora reconhecesse suas qualidades estéticas, considerou-a uma solução arquitetônica "não multiplicável" (PETIT, 1995). Contudo, em revisão posterior, o fundador da Bauhaus viria a reconhecer o valor singular desta obra no contexto da produção moderna brasileira (GROPIUS, 1954).

Esses debates nos anos 1950 catalisaram uma virada na arquitetura brasileira pós-Brasília. No contexto do autoritarismo militar e do crescimento econômico, emergiu um novo enfoque nos problemas urbanos – como a periferização e a expansão desordenada das cidades – e na pré-fabricação como solução técnica e social (VILELA; KOURY, 2022). Foi naquele cenário que Lelé desenvolveu sua abordagem singular, descrita por Carranza e Lara (2014) como "engajamento social com refinamento técnico".

A trajetória de Lelé revela contradições fundamentais: sua deliberada distância inicial do regime militar – motivada pela perseguição aos colegas do PCB na Universidade de Brasília e pelo receio de represálias profissionais como as sofridas por Sérgio Bernardes – deu lugar a alianças pragmáticas com agentes políticos quando estas se

mostraram necessárias para viabilizar seus projetos industriais. Como observa Recamán (2003), sua obra manteve fidelidade ao "princípio moderno da standardização", ainda que em constante tensão com a realidade brasileira.

A transição para o trabalho exclusivamente estatal a partir de 1980 marcou a maturação de seu sistema de pré-fabricação leve, dentro da lógica que definiu sua atuação como arquiteto e industrialista: "produzimos um processo para fazer muitas coisas" (LIMA, 2008). Ironia histórica: esse foco no processo, não no objeto arquitetônico, tornou-se sua maior vulnerabilidade. A dependência de reposição sistemática de componentes, somada à instabilidade política e orçamentária, criou condições para o descaso institucional (VILELA, 2018). O trágico caso do TCU de Alagoas (1997-98) – com sua notável rampa atirantada, pilotis ampliados e estrutura esbelta à beira-mar – ilustra como essa incompreensão leva à perda irreparável de obras-chave do modernismo industrial brasileiro.

PROBLEMAS CRÔNICOS, REMENDOS MODERNOS

Dentre escolas e creches demolidas em Salvador, CIACs (Centros Integrados de Apoio à Criança) em condições precárias – colocando em risco não apenas seu legado construído, mas a integridade física dos usuários –, os casos da Estação de Transbordo da Lapa (1979-82) e da Prefeitura de Salvador (1986) são ainda mais aviltantes. O primeiro por estar relacionado à proposta de implantação de mais um shopping no centro da cidade, área saturada que dispensa a criação de mais um equipamento concentrador de comércio e serviços.

A proposta prevê o envelopamento da antiga estação por um edifício de grandes proporções que avança em direção às plataformas de embarque. Dentre os problemas apontados por Campos (2015) – como adensamento excessivo em área consolidada, escala do empreendimento (equiparável ao mastro central do viaduto da estação, com altura de 45m), questão patrimonial (relação visual com o Convento da



Imagem 7. Pilotis e vestígios da rampa atirantada TCU/AL, 2017. Autor: Eurípedes Neto. Fonte: <https://euripedesneto.myportfolio.com/maceio>



Imagem 8. Estação de Transbordo da Lapa, Salvador. À dir. maquete do projeto original, Lelé (1979-82). À esq. projeto para o Shopping Nova Estação, 2019. Fonte: Instituto João Filgueiras Lima / https://www.socicam.com.br/news_nectar/terminal-da-lapa-recebe-visita-de-especialistas-em-mobilidade-da-america-latina/

Lapa comprometida, conjunto tombado desde 1938) e beneficiamento empresarial em detrimento do interesse público –, o que mais surpreende é a decisão de cobrir quase integralmente o pátio de embarque, área anteriormente descoberta, concentrando ônibus sob lajes de concreto.

A ironia histórica reside no fato de que Lelé, pressionado pela construtora OAS, desenvolveu uma versão alternativa para o shopping, apenas para ter sua proposta rejeitada pelo empresariado local como "inadequada" (LIMA, 2015). Este episódio marcou seu desencanto final com o setor privado baiano e a degradação de um marco não apenas na obra de Lelé, encerrando sua vertente brutalista em grande estilo, mas também na cidade de Salvador.

A Estação da Lapa permanece como testemunho contraditório: mesmo parcialmente descaracterizada, mantém vitalidade funcional (80 linhas, 325 ônibus/hora), comprovando o acerto de seu desenho original que, nas palavras do prefeito Kertész, visava "retirar do Centro a massa veicular deteriorante" (VALE, 2009). Não surpreende o fato dessa estação ter sido incluída na importante exposição *Latin America in construction: architecture 1955-1980* no MoMA (2015), onde suas pranchas figuraram ao lado de projetos emblemáticos como o Hospital Sarah de Brasília (BERGDOLL, 2015).

A relevância da estação ultrapassa seu reconhecimento internacional, situando-se como marco decisivo na trajetória profissional de Lelé. Trata-se de projeto que simboliza a consolidação de sua fase de maturação técnica, marcada por uma convicção quase dogmática nas potencialidades do concreto armado – característica já evidente no Centro de Exposições do CAB (1974), hoje subutilizado devido a problemas estruturais como corrosão de armaduras, degradação de painéis pré-fabricados e comprometimento dos cabos de protensão.

A Estação da Lapa representa não apenas a síntese de pesquisas anteriores do arquiteto, mas também mantém uma conexão prévia com Nova York. Concebida para

O reconhecimento tardio do brutalismo brasileiro (décadas de 1950 a 1970) como importante aspecto da arquitetura moderna brasileira (ZEIN, 2005), com qualidades plásticas, técnicas e construtivas próprias, contribuiu para o quadro acelerado de degradação dessas edificações. Na produção de Lelé, exemplos emblemáticos em Brasília ilustram essa vulnerabilidade: o conjunto da Concessionária Disbrave (1965-85), mutilado por intervenções sucessivas; a Clínica Daher (1977), submetida a reformas radicais; e a Residência José da Silva Netto (1973), cuja "atualização" em 2019 descharacterizou elementos-chave como os pilotis originais, a piscina integrada e a churrasqueira multifuncional (MANGABEIRA, 2020).

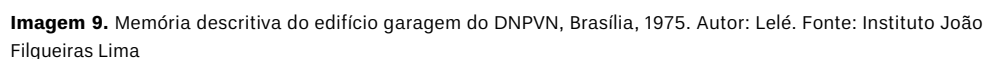




Imagem 10. Sede da Prefeitura Municipal de Salvador, Lelé, 1986. Autor: Rafael Santana. Fonte: <https://flic.kr/p/nZ9o5N>

6. Para mencionar apenas um dos capítulos mais trágicos dessa história, ver demolição da Igreja da Sé de Salvador em 1933. Para análise das transformações urbanas no sítio da atual Prefeitura, incluindo o desaparecimento do antigo Fórum e do complexo da Biblioteca/Imprensa Oficial, ver: EKERMAN, S. K. Que fique o palácio. *Jornal Metrópole*, Salvador, 20/03/2025, p. 6-7.

Na Bahia, a Prefeitura de Salvador (1986) representa uma transição fundamental na obra de Lelé, marcando seu afastamento das linguagens em concreto armado e consolidando sua fase de experimentação com pré-fabricação metálica leve. Desde sua inauguração, o prédio convive com as mais variadas opiniões acerca de sua remoção do centro histórico da cidade. Concebida como estrutura temporária em aço pré-fabricado, a sede da Prefeitura viu seu caráter provisório dissipar-se ao ser assimilada pelo imaginário coletivo da Praça Thomé de Souza.

Construído durante a segunda gestão do prefeito Mario Kertész, o edifício ainda enfrenta resistências: o Ministério Público Federal moveu ação civil pública em 2000 alegando dano ao patrimônio cultural (CORDIVIOLA, 2005), enquanto a gestão do ex-prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (2013-2021) justificou sua demolição citando pareceres do IPHAN sobre seu caráter temporário, argumento que ignora tanto a apropriação social do espaço quanto as históricas inconsistências das políticas patrimoniais baianas.⁶

O argumento do qual se valeu o então prefeito ACM Neto para justificar o desmonte do prédio é que ele estaria cumprindo decisão judicial já transitada em julgado, sustentada pelo parecer do IPHAN que aprovou a construção do edifício em caráter temporário. Nem sempre o serviço do patrimônio acertou a mão na Bahia. Não precisamos ir muito longe da área de litígio para relembrar que o projeto de Lina Bo Bardi para a recuperação de um Pelourinho (1986-89) arruinado pelo abandono sistemático das autoridades públicas foi interrompido por “problemas políticos e, principalmente, franca oposição do SPHAN local às ideias e projetos do arquiteto” (SANTOS, 1990).

A proposta de Lina, embora concentrada nas praças da Sé, Terreiro de Jesus e Cruzeiro de São Francisco, visava uma transformação global do centro histórico. Sua abordagem priorizava não a conservação material pura, mas a preservação da “alma popular da cidade” (FERRAZ, 2008, p. 270), defendendo a permanência das comunidades tradicionais nos sobrados restaurados. Contudo, suas ideias encontraram resistência dos “homens brancos da Bahia”, dentre eles o patriarca arquitetônico local, Diógenes Rebouças, que chegou a “protestar com virulência em duas ocasiões” (PERROTTA-BOSCH, 2021, p. 398). Lelé também passou pelo mesmo processo. Embora tenha criado uma fiel equipe de colaboradores durante os anos que trabalhou

7. Prefeitura de Salvador tomba obra de Lelé. Projeto, 08/01/2021. Disponível em <<https://revistaprojeto.com.br/noticias/prefeitura-de-salvador-tomba-obra-de-lele/>>. Acesso: 26 abr. 2025

8. Notas do projeto de extensão "Relatos sobre a obra de Lelé", registro de comunicação oral. Salvador: UFBA, 2020.

em Salvador – e sua obra (de exceção)⁷ tenha inaugurado o importante processo de proteção legal (ainda que restrito à esfera municipal) – Roberto Pinho relembra que Lelé nunca foi aceito completamente na Bahia.⁸

Contudo, como observa Recamán (2003), o edifício falha em dialogar organicamente com a malha urbana colonial, particularmente na articulação entre cheios e vazios de construções e espaços públicos, justamente por não ter conseguido se livrar dessa arquitetura presa à nossa tradição moderna. (RECAMAN, 2003). Levaria mais alguns anos para Lelé desenvolver uma produção de edifícios em aço que não se limitassem à caixa de vidro miesiana. Por hora, medidas simples – como a retirada das grades que cercam o edifício atualmente, permitindo a circulação de pessoas pelos pilotis, a recuperação de seus materiais, cores e fachadas – poderiam resgatar sua vocação cívica original.

A Prefeitura de Salvador emerge assim como síntese das contradições de um Brasil recém retornado à democracia, onde os projetos modernizadores revelam a tensão permanente entre inovação tecnológica e desenvolvimento social. O edifício materializa esse paradoxo: enquanto produto arquitetônico, representa avanços da industrialização na construção civil; como processo produtivo, evidencia as limitações de uma mão-de-obra ainda alheia aos sistemas que opera. Neste contexto, a abordagem de Lelé, com suas fábricas de componentes que conjugavam hierarquia industrial e colaboração artesanal, estabelece um diálogo fundamental com a visão de Lina sobre arte popular e produção industrial. Mais que solução construtiva, a Prefeitura torna-se metáfora do desafio brasileiro: construir o futuro sem romper os elos com a cultura material que nos constitui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos de vida, Lina Bo Bardi afirmava que a arquitetura era um processo socioeconômico (FERRAZ, 2009). Não lhe interessava a concepção de projetos pontuais e autorais, mas instaurar um sistema de grande escala que estimularia a melhora das condições de moradia e trabalho "dos que lá já estavam", em referência aos moradores do Pelourinho antes da intervenção que acabou por expulsá-los em um processo de gentrificação que associou a região histórica à tão criticada afeição de "cidade sorvete", prevista pela arquiteta. Vitória dos burocratas e políticos do município que dissociaram o conjunto arquitetônico do Pelourinho de seu componente social, a "parte negra da cidade", (ZANIRATO, 2007) em prol de seu potencial econômico-imobiliário atrelado ao turismo. Esta foi uma batalha perdida não apenas por Lina, mas por Lelé também.

Derrota que não se limita ao âmbito local, mas revela uma contradição estrutural na preservação do patrimônio moderno no Brasil. A arquitetura industrializada de Lelé – como a do TCU em Alagoas – enfrentou o mesmo destino: construída para ser funcional, democrática e replicável, foi reduzida a ruína precoce ou simplesmente apagada, vítima da mesma lógica que transforma o patrimônio em mercadoria, esvaziando-o de seu sentido social. Enquanto o poder público celebra edifícios do modernismo canônico, obras como as de Lelé, que materializam de fato a promessa modernista de industrialização e acesso massivo à arquitetura de qualidade, são tratadas como indesejáveis.

A demolição do TCU/AL e a gentrificação do Pelourinho, ainda que em contextos e recortes temporais distantes, colocam em perspectiva um problema comum: em am-

bos os casos, o que se perde não é apenas um conjunto de formas arquitetônicas, mas um projeto de cidade – aquele que entendia a arquitetura como ferramenta de transformação coletiva, não como espetáculo isolado. Se Lina alertava que "a arte sozinha não consola" (FERRAZ, 2008, p.270), Lelé provou que a técnica sem política também não. Suas fábricas de componentes pré-fabricados, ainda que eficientes, não resistiram à descontinuidade administrativa e à falta de compromisso com a manutenção dos sistemas que criou.

O que está em jogo, portanto, não é apenas a preservação de edifícios, mas a defesa de um patrimônio como processo contínuo: aquele que valoriza não só o objeto construído, mas a cadeia produtiva, o conhecimento técnico e o vínculo comunitário que o sustenta. Enquanto o Brasil não superar a visão reducionista que enxerga a arquitetura industrializada recente como "provisória" ou "menor", continuaremos a repetir o ciclo de construir, degradar e demolir, desperdiçando não apenas concreto e aço, mas um saber coletivo que transforma técnica em cultura, e estruturas, em identidade.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. *Architettura Moderna in Brasile*. Comunità, Milano, v. 7, n. 24, p. 48-52, 1954.
- AUBRY, Françoise; HARSHAV, Barbara. Victor Horta: Vicissitudes of a Work. *Yale French Studies*, New Haven, n. 102, p. 180, 2002. DOI: <https://doi.org/10.2307/3090599>
- BERGDOLL, Barry et al. *Latin America in construction: architecture 1955-1980*. New York: Museum of Modern Art, 2015.
- BERNARDO, André. Quem demoliu o Monroe? A história do mais polêmico prédio público brasileiro. *BBC News Brasil*. 22 out. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cdd4djpgl3eo>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- CAMPOS, Márcio Correia. Salvador, mais um shopping contra a cidade. *Vitruvius*. Minha Cidade, São Paulo, ano 15, n. 174.03, jan. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/14.174/5402>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- CARRANZA, Luis E.; LARA, Fernando Luiz. *Modern architecture in Latin America: art, technology, and utopia*. Austin: University of Texas Press, 2014.
- COHEN, Jean-Louis. *O futuro da arquitetura desde 1889*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.
- CORDIVIOLO, Alberto Rafael (Chango). Prefeitura de Salvador: o passado no futuro e o presente no passado. *Vitruvius*. Arqutextos, São Paulo, ano 6, n. 062.07, jul. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/06.062/447>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- CRÔNICA DA DEMOLIÇÃO. Direção: Eduardo Ades. Brasil: 2015. 90 min.
- EKERMANN, S. K. Que fique o palácio. *Jornal Metrópole*, Salvador, p. 6-7, 20 mar. 2025. Disponível em: https://api.metro1.com.br/arquivos/jornal/530/ARQUIVO_JORNAL.pdf. Acesso em: 26 abr. 2025.
- FERRAZ, Marcelo Carvalho (Org.). *Lina Bo Bardi*. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi, Imprensa Oficial SP, 2008.
- FICHER, Sylvia. *A desconstrução do Ecletismo: modernismo vs. historicismo*. São Paulo: [s.n.], 2018.
- GROPIUS, Walter. Report on Brazil. *The Architectural Review*, London, v. 116, n. 694, p. 236-237, 1954.
- KOURY, Ana Paula. *Arquitetura construtiva: proposições para a produção material da*

- arquitetura contemporânea no Brasil. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. Algumas questões relativas ao patrimônio industrial e à sua preservação. *Revista do IEEE América Latina*, Brasília, v. 4, p. 1-10, 2006.
- LIMA, Adriana Rabello Filgueiras. Shopping Center e a recuperação da Estação da Lapa. *Vitruvius*. Projetos, São Paulo, ano 15, n. 169.06, jan. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.169/5414>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- LIMA, Adriana Rabello Filgueiras; TOLEDO, Luiz Carlos. Escolas de Lelé em risco! Vamos salvar da demolição as escolas projetadas e construídas pelo arquiteto João Filgueiras Lima em Salvador. *Vitruvius*. Minha Cidade, São Paulo, ano 15, n. 179.05, jun. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.179/5587>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- LIMA, João Filgueiras. Fábrica de Humanidade [Entrevista a Bianca Antunes]. *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, n. 175, p. 64-70, 2008.
- LIMA, João Filgueiras. O que é ser arquiteto: memórias profissionais de Lelé (João Filgueiras Lima). Depoimento a Cynara Menezes. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- LOPES, Antônio Renato Guarino. A visão estrangeira sobre a arquitetura brasileira nos anos 1950: as críticas de Walter Gropius, Ernesto Rogers, Hiroshi Ohye e Peter Craymer. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 6., 2005, Niterói. Anais... Niterói: UFF, 2005.
- MACEDO, Oigres Leici Cordeiro. Construção diplomática, missão arquitetônica: os pavilhões do Brasil nas feiras internacionais de Saint Louis (1904) e Nova York (1939). 2012. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- MANGABEIRA, Daniel. CAU/DF apela a arquitetos que preservem o patrimônio arquitetônico moderno brasileiro. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal, 2020. Disponível em: <https://caudf.gov.br/artigo-cau-df-apela-a-arquitetos-que-preservem-o-patrimonio-arquitetonico-moderno-brasileiro/>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- MARQUES, André. Sede transitória da Prefeitura de Salvador. Aspectos da racionalização e contexto histórico. *Vitruvius*. Minha Cidade, São Paulo, ano 12, n. 139.02, fev. 2012. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/12.139/4207>. Acesso em: 6 abr. 2025.
- MOSANER, Fabio. O desenho e o processo de produção da arquitetura: João Filgueiras Lima (Lelé) e o Centro de Tecnologia da Rede Sarah (CTRS). 2021. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.
- PERROTTA-BOSCH, Francesco. Lina: uma biografia. São Paulo: Todavia, 2021.
- PETIT, Jean. Niemeyer poète d'architecture. Lugano: Fidia Edizioni d'Arte, 1995.
- PINHO, Roberto. Lelé: um arquiteto universal. In: RISSELADA, Max; LATORRACA, Giancarlo (Org.). A arquitetura de Lelé: fábrica e invenção. São Paulo: Imprensa Oficial: Museu da Casa Brasileira, 2010. p. 47-55.
- RECAMÁN, Luiz. Lelé e a arquitetura moderna brasileira. *Trópico*, São Paulo, 2003. Disponível em: https://www.academia.edu/43805236/lelé_e_a_arquitetura_moderna_brasileira. Acesso em: 6 abr. 2025.
- RUBINO, Silvana; GRINOVER, Marina (Org.). Lina por escrito: textos escolhidos de Lina Bo Bardi. São Paulo: Cosac Naify, 2009.
- SANTOS, Cecília Rodrigues dos. Assim, nas bordas e por dentro, os ratos foram roen-

- do toda nossa cidade da Bahia. Projeto, São Paulo, n. 133, p. 47, 1990.
- SCHLEE, Andrey Rosenthal. Oportunidade perdida (mais uma...). Ignorância e ignorância assolam o Palácio Capanema. Vitruvius. Minha Cidade, São Paulo, ano 22, n. 253.11, ago. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minha-cidade/21.253/8235>. Acesso em: 19 abr. 2025.
- SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo: EdUSP, 1998.
- SOLVEL, Frédéric. La disparition de la Maison du Peuple ou l'assassinat de Victor Horta. BrusselsLife, Bruxelas, 6 jan. 2015. Disponível em: <https://www.brussellslife.be/fr/article/la-disparition-de-la-maison-du-peuple-ou-l-assassinat-de-victor-horta>. Acesso em: 4 abr. 2025.
- TAYLOR, Michelle. The Commuter's Cathedral: An Examination of the George Washington Bridge Bus Station. 2012. Thesis (PhD in Architecture) – Columbia University, New York, 2012.
- VALE, Michel Hoog Chaui. Um projeto urbano com programa político municipal: a experiência do arquiteto João Filgueiras Lima em Salvador na 1ª gestão Mário Kertész (1979-1981). 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- VILELA, Adalberto. Desafios da preservação da arquitetura racionalizada de Lelé no Brasil. Thésis, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5, p. 235-252, 2018.
- _____. Industrialização na construção e brutalismo na obra de João Filgueiras Lima, Lelé. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 10., 2013, Curitiba. Anais... Curitiba: DOCOMOMO Brasil, 2013. p. 3-27.
- VILELA, Adalberto; KOURY, Ana Paula. Vertentes da arquitetura construtiva brasileira pós-Brasília. In: AZEVEDO, M. (Org.). Habitação e cidade contemporânea. Campo Grande: UFMS, 2022. p. 112-138.
- ZANIRATO, Sílvia Helena. A restauração do Pelourinho no centro histórico de Salvador, Bahia, Brasil: potencialidades, limites e dilemas da conservação de áreas degradadas. Historia Actual Online, Cádiz, n. 14, p. 35-47, 2007. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2529031.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2025.
- ZEIN, Ruth Verde. A arquitetura da escola paulista brutalista 1953-1973. 2005. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

ADALBERTO VILELA

Professor da Universidade Federal de Uberlândia / Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU/UFU).

<http://lattes.cnpq.br/1150764822335504>

<https://orcid.org/0000-0002-8132-7982>

SYLVIA FICHER

Professora Emérita da Universidade de Brasília / Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PPG/FAU/ UnB).

<http://lattes.cnpq.br/3228132238224370>

<https://orcid.org/0000-0001-7455-9032>